**AO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA (OU COMARCA) DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**NOME DO REQUERENTE**,nacionalidade, estado civil, profissão, filiação**,** inscrito no RG sob o nº X.XXX.XXX, órgão expedidor/UF, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP XX.XXX-XXX, telefone(s) nº (DDD) 9 XXXX-XXXX, endereço de e-mail \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, vem, a este r. Juízo, propor a presente

**AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO**

(Cobrança abusiva)

em face de **NOME DA REQUERIDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP XX.XXX-XXX, representada por **NOME DO SÓCIO OU OUTRO REPRESENTANTE**, nacionalidade, estado civil, profissão, filiação**,** inscrito no RG sob o nº X.XXX.XXX, órgão expedidor/UF, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP XX.XXX-XXX, telefone(s) nº (DDD) 9 XXXX-XXXX, endereço de e-mail \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas.

**I - DOS FATOS**

A parte autora reside no imóvel situado na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_\_\_, o qual é abastecido pela requerida, conforme inscrição nº **(COLOQUE O NÚMERO DE INSCRIÇÃO CONSTANTE DA SUA CONTA DE ÁGUA)**.

A parte requerente informa que sua média de consumo nos últimos meses perfaz o montante de **R$XXX,XX (valor por extenso)**, equivalente a **XXm³** de água.

Ocorre que, a partir do mês de **(COLOQUE O MÊS EM QUE COMEÇARAM AS COBRANÇAS ABUSIVAS)**, a parte requerente recebeu da parte requerida fatura(s) de consumo referente ao(s) mês(es) de **(COLOQUE TODOS OS MESES EM QUE A COBRANÇA FOI ABUSIVA)** muito acima da média, conforme planilha anexa (**ANEXO I**).

Dessa forma, a parte requerente contestou junto a empresa requerida, em **XX/XX/XXXX**, conforme protocolo de nº **(COLOQUE O NÚMERO DO PROTOCOLO)**, no intuito de retificar a(s) fatura(s) cujas cobranças foram abusivas, tendo em vista que houve um excesso de cobrança que não corresponde com o histórico de consumo médio do imóvel, tampouco houve evento de desperdício de água.

Em resposta, a parte ré informou que faria uma vistoria no local, sendo que a solicitação ocorreu no dia **(COLOQUE O DIA EM QUE ABRIU O CHAMADO NA COMPANHIA)** e a presença dos prepostos da requerida se deu no dia **(COLOQUE O DIA EM QUE RECEBEU A VISITA NO IMÓVEL)**. Segundo os prepostos da companhia, não havia qualquer indício de vazamento no imóvel da requerente, conforme documento anexo (**ANEXO II**), tampouco qualquer tipo de irregularidade no hidrômetro.

Como demonstrado (**ANEXO III E ANEXO IV**), as contas dos meses antecedentes apresentaram valores muito inferiores aos cobrados nos meses de **(COLOQUE OS MESES EM QUE OCORRERAM AS COBRANÇAS ABUSIVAS)**, o que evidencia a existência de alguma falha por parte dos serviços prestados pela requerida, tendo em vista que nos meses posteriores à(s) cobrança(s) exorbitante(s) **as faturas se normalizaram**.

Não se pode deixar de destacar, ainda, que existem fatores exógenos, como bolsões de ar na rede hidráulica, que podem afetar as medições, gerando oscilações substanciais no consumo medido, distanciando-o do consumo real. Vale ressaltar que esse fenômeno não é raro, e pode ser ocasionado toda vez que há intervenção, por parte da companhia ou de terceiros com má-fé, na rede pública de esgoto existente nas imediações do imóvel afetado, ou até mesmo quando falta água por determinado período de tempo.

Diante disso, cabe à requerida arcar com os riscos deste tipo de ocorrência, que é inerente à atividade por ela explorada, não podendo simplesmente transferi-los ao consumidor, sob pena de violação ao princípio do risco da atividade.

**II - DO DIREITO**

Diante do risco de ter os serviços de água suspensos em caso de inadimplência, a parte requerente considerou adequado efetuar o pagamento da(s) fatura(s) indevida(s) acima citada(s), para que em Juízo pudesse requerer o ressarcimento em dobro, conforme preceitua o art. 42 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), porquanto pagou indevidamente o valor de **R$ XXX,XX (valor por extenso)**.

**III - DOS PEDIDOS**

Com base no exposto, requer:

**a)** que a parte requerida seja intimada para comparecer pessoalmente à Audiência de Conciliação, a ser designada no ato da distribuição, sendo que o não comparecimento importará a pena de revelia;

**b)** a **inversão do ônus da prova**, prezando pelo disposto no art. 6º, inciso VIII do CDC;

No **mérito**, que seja julgado procedente o pedido para:

**c)** a total procedência do pedido, condenando a requerida a **RESSARCIR O VALOR PAGO, EM DOBRO**, referente ao(s) mês(es) de **(COLOQUE OS MESES EM QUE OCORRERAM AS COBRANÇAS ABUSIVAS)**,com fulcro no art. 42 do CDC, devidamente acrescido de juros e correção monetária;

Pretende demonstrar o alegado por todos os meios de prova em Direito admitidos.

Dá-se à causa o valor de **R$XXX,XX (valor por extenso)**

Nestes termos, pede deferimento.

*(datado e assinado digitalmente)*

**Advogado (a) - OAB/UF**

*Yohanan Ferreira Breves*

*18 de setembro de 2022*

**DÚVIDAS ? DEIXE SEU COMENTÁRIO ABAIXO QUE EU RESPONDO NUM PISCAR DE OLHOS !**



 **@yohanan\_breves**



 **@yohanan\_breves**

**----------------------------------- BONS ESTUDOS --------------------------------------**

Referência: <https://www.tjdft.jus.br/servicos/distribuicao-e-atendimento/modelo-de-peticoes/compra-de-produto-consumidor/produto-defeituoso-falta-de-pecas-indenizacao-material/view>